

INDICAÇÃO Nº , DE 2002
(Do Sr. Fernando Gabeira)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República que o governo brasileiro se envolva intensa e decisivamente no processo de pacificação e reconstrução de Angola.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A morte de Jonas Savimbi, líder incontestado da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), cria cenário propício para o término efetivo da terrível guerra civil que assola aquele país há mais de 26 anos.

Com efeito, Jonas Savimbi representava obstáculo praticamente intransponível para a solução pacífica dos conflitos angolanos, pois sempre preferiu o confronto militar às negociações de paz e à aceitação democrática dos resultados de pleitos eleitorais. Saliente-se que o governo do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), após intensas negociações, realizou eleições, em setembro de 1992, com a ampla participação da UNITA e sob supervisão da ONU. Tendo sido derrotado nas urnas, Savimbi simplesmente ignorou o compromisso com o pleito democrático e reiniciou as hostilidades. Mesmo assim, em 1994 foi realizado novo esforço para a pacificação de Angola com a assinatura do Acordo de Lusaka, o qual previa mudanças na constituição angolana para permitir que Savimbi assumisse a vice-presidência do país. No entanto, a UNITA, sob a direção ditatorial de Savimbi, manteve as hostilidades e a guerra civil continuou matando milhares de pessoas e criando mais de meio milhão de refugiados internos.

Agora, a remoção desse obstáculo permite que amplos setores da UNITA, que divergiam da política belicista de Savimbi, possam negociar exitosamente com o governo do MPLA o cumprimento do Acordo de Lusaka e a pacificação definitiva do país.

Pois bem, o Brasil, que foi a primeira nação a reconhecer, em 1975, a independência de Angola, tem o dever histórico de participar ativamente desse processo. O nosso país deve utilizar toda a sua influência diplomática para ajudar a construir um governo de coalizão representativo de todas as tendências políticas angolanas e, dessa forma, contribuir a levar a bom termo o processo de paz de Angola. Afinal, a morte de Jonas Savimbi abre oportunidade histórica única que não pode ser desperdiçada. É necessário ter em mente que o governo brasileiro, apesar de ter alijado, em anos recentes, a aproximação à África das diretrizes fundamentais de sua política externa, ainda tem grande prestígio no continente africano.

Ademais, o Brasil não deve se limitar a contribuir com o esforço político e diplomático para a conclusão do processo de paz, mas também com a imprescindível reconstrução econômica de Angola. De fato, a guerra civil devastou a infra-estrutura do país. Estradas, pontes, sistemas de comunicação, redes de energia e hospitais foram destruídos; boa parte da terra arável está minada; e as reformas econômicas implementadas sob a coordenação do FMI não deram resultados. Sem dúvida alguma, será necessária grande ajuda internacional para que a economia angolana, que tem enorme potencial, volte a funcionar.

A tarefa é hercúlea, mas o empenho do Brasil será recompensado pelo aumento do nosso protagonismo no continente africano e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como pela geração de laços políticos e econômicos estreitos com um país que teve papel de extrema relevância na formação da nação brasileira.

Assim sendo, sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República que o governo brasileiro se envolva intensa e decisivamente no processo de pacificação e reconstrução de Angola.

Sala das Sessões, em

de 2002.

Deputado Fernando Gabeira